

## TOYOTISMO E SUBJETIVIDADE: AS FORMAS DE DESEFETIVAÇÃO DO TRABALHO VIVO NO CAPITALISMO GLOBAL

Giovanni ALVES<sup>1</sup>

**RESUMO:** o objetivo deste ensaio é destacar é como o toyotismo, considerado por nós como a ideologia orgânica da nova produção de mercadorias, consegue, através de seus dispositivos organizacionais (e institucionais), promover a “captura” da subjetividade do trabalho. Destacaremos o vínculo entre toyotismo e precarização da subjetividade do trabalho através da análise de uma pesquisa sobre a disseminação do estresse nos locais de trabalho no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVES:** capitalismo; taylorismo; fordismo; toyotismo; subjetividade; estresse.

**ABSTRACT:** the objective of this essay is to detach is as the toyotismo, considered for us as the organic ideology of the new production of merchandises, obtains, through its devices organizacional (and institucional), to promote the “capture” of the subjectivity of the work. We will detach the bond between toyotism and precarization of the subjectivity of the work through the analysis of a research on the dissemination of stress in the work at Brazil.

**KEYWORDS:** capitalism; taylorism; fordism; toyotismo and subjectivity.

O processo de precarização do trabalho que atinge o capitalismo global nos últimos trinta anos, a partir da crise estrutural do capital, atinge não apenas a objetividade da classe do trabalho, mas principalmente a subjetividade de classe. A série de autores da sociologia (e da economia) do trabalho que tratam da disseminação da precarização do trabalho tendem a desprezar tal aspecto significativo da ofensiva do capital. Em geral, salientam a deterioração dos estatutos salariais, mas não se aprofundam numa das dimensões perversas da precarização do trabalho que é a intensificação dos mecanismos sistêmicos voltados para a subsunção da subjetividade do trabalho à lógica do capital, sua *captura* complexa e contraditória pelos dispositivos organizacionais do capital. Enfim, estamos diante de um processo contraditório, o que significa que existem resistências contingentes e necessárias e simulações que

---

<sup>1</sup> Professor de sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Campus de Marília, São Paulo, Brasil. Coordenador geral da RET – Rede de Estudos do Trabalho. E-mail para contato: giovanni.alves@uol.com.br

criam um campo de luta de classes no interior da subjetividade (e objetividade) humano-genérica negada.

O objetivo deste ensaio é destacar o toyotismo como a ideologia orgânica da nova produção de mercadorias que surge a partir do regime de acumulação flexível. Neste momento, iremos salientar que o eixo central de seus dispositivos organizacionais (e institucionais) é a *captura* da subjetividade do trabalho. Colocamos *captura* em itálico para destacar seu caráter ideacional, ou seja, ela não ocorre de fato, de modo perene, sem resistências, simulações e contradições. O que significa que o processo de *captura* é complexo e sinuoso, articulando mecanismos de coerção/consentimento, de manipulação em suas múltiplas dimensões, não apenas no local de trabalho, mas na esfera do cotidiano social. Além disso, é intrinsecamente contraditório, dilacerando não apenas a dimensão física da corporalidade viva da força de trabalho, mas sua dimensão psíquica e espiritual que se manifesta através de sintomas psicossomáticos.

Ora, a irrupção do regime de acumulação flexível não tende a amenizar ou extinguir a luta de classes e os conflitos entre capital e trabalho no interior da produção ou mesmo na sociedade civil. Pelo contrário, eles tendem a assumir novas formas sociais, se deslocando para dimensões invisíveis do cotidiano, inclusive para as esferas da subjetividade da força de trabalho. Uma ampla névoa de invisibilidade cobre o precário (e novo) mundo do trabalho. A luta de classes, em seu aspecto contingente, se expressa através das micro-resistências e simulações ocultas do trabalho vivo contra o novo patamar de exploração da força de trabalho, impulsionado a partir do toyotismo nas grandes empresas. A crise de sindicatos e partidos, *intelectuais orgânicos* da classe, tende a contribuir para a não-apreensão crítica destas recalcitrâncias contingentes contra o trabalho estranhado em sua forma intensificada.

Portanto, o toyotismo, o novo espírito da racionalização capitalista no local de trabalho, tende a agir sobre o trabalho organizado e sua subjetividade, precarizando-a e buscando subsumi-la aos interesses da reprodução do capital como sistema sócio-metabólico. Ele se expressa com mais intensidade nos *loci* mais dinâmicos de acumulação de capital, o que significa que, no caso do Brasil, por exemplo, o toyotismo assume sua forma mais desenvolvida nas grandes empresas. Seu desenvolvimento é desigual e combinado, articulando-se com as formas de racionalizações pretéritas do capital, como o taylorismo e fordismo. Na verdade, o toyotismo as inclui, pois não deixa de ser parte delas.

Deste modo, é incorreto considerar o toyotismo como pós-taylorismo (ou pós-fordismo). Pelo contrário, é incrementação complexa, no plano da implicação subjetiva, destes dispositivos fundamentais da racionalização do capital. Não é meramente um neofordismo ou neotaylorismo, pois a implicação de manipulação da objetividade/subjetividade da força de trabalho pela lógica do capital possui um caráter qualitativamente novo, não se reduzindo às suas formas pretéritas fundamentais.

O toyotismo se articula para a consecução de seus dispositivos organizacionais contingentes (*just-in-time, kan-ban, CCQ, kaizen*, etc), através da construção de uma subjetivação específica, própria de um precário mundo do trabalho. A *subjetividade capturada* do toyotismo se constitui não apenas no local de trabalho, mas principalmente nos espaços da reprodução social, estranhado e precarizado. É uma subjetividade alucinada e precária, atingida pelo estresse, imersa nesta implicação contraditória da relação-capital.

Uma destas contradições agudas da civilização do capital nesta etapa de seu desenvolvimento histórico é aquela entre o alto nível de desenvolvimento das forças produtivas, que poderiam libertar o homem do trabalho heterônomo, concedendo-lhe mais tempo livre para o desenvolvimento de suas faculdades físicas e espirituais, e as relações capitalistas de produção da vida social, que aprisiona o homem no tempo de vida como tempo de trabalho estranhado ou tempo de trabalho negado como atividade prática significativa. O impacto desta contradição social aguda na objetividade (e subjetividade) das individualidades complexas de classe é alucinante. No plano epidemiológico, ela se expressa através do surto de estresse que atinge a civilização do capital, o que iremos verificar mais adiante.

O toyotismo, sua lógica organizacional e seu espírito de racionalização aguda, neste atual estágio da civilização do capital, é uma das causalidades essenciais deste surto de estresse que atinge o mundo do trabalho no capitalismo global. É difícil não vislumbrar como principal fonte de estresse do trabalho hoje, nos *loci* mais dinâmicos da produção de valor, o espírito do toyotismo, que iremos destacar em seguida.

#### TOYOTISMO E SUBJETIVAÇÃO ESTRANHADA DO TRABALHO

Nos últimos vinte anos, o avanço do espírito do toyotismo tem sido significativo na produção do capital. O desenvolvimento do

toyotismo pressupõe certas pré-condições institucionais, capazes de potencializar, no nível da consciência contingente, a *captura* da subjetividade operária pelo capital. É preciso construir tais contrapartidas institucionais no território da produção toyotista. Eles podem se dar no bojo da negociação coletiva, inclusive com a participação ativa dos sindicatos, ou do jogo político-institucional que cria o ambiente propício para os novos consentimentos de classe. Mas, o essencial é destacar o jogo de compromissos *institucionais*, explicitamente negociados ou não, instaurados entre o capital e o trabalho assalariado, materializados no sistema de relações industriais. São inovações *institucionais* voltadas para a obtenção do envolvimento dos assalariados através de um controle social de novo tipo. No caso do Japão, eles eram baseados em três aspectos principais: o emprego vitalício, o salário por antiguidade e o sindicalismo de empresa.

Deste modo, o desenvolvimento dos nexos contingentes do toyotismo, capazes de constituir a *captura* da subjetividade operária pela lógica do capital, pressupõe um conjunto de contrapartidas implícitas (ou explícitas), dadas aos sindicatos e aos trabalhadores das grandes empresas, em *troca* e seu engajamento na produção. Cabe destacar que o *foco* do capital são as grandes empresas, pois é através delas – e nelas – que ocorre o maior quantum de produção/apropriação de valor. Assim, é perceptível a capacidade do toyotismo de mediar, num complexo *institucional*, organizacional e relacional, a constituição do capital pelo trabalho assalariado; um *trabalho prostrado*, subsumido à lógica neoprodutivista.

Um papel-chave na operação de subsunção da subjetividade operária à lógica do capital é dado, por exemplo, pelos *mercados internos* nas empresas. A perspectiva de promoção, claramente estabelecida, de linhas de carreiras abertas e conhecidas por todos, uma organização *qualificadora* do trabalho, é um mecanismo poderoso de *captura* real do consentimento operário, de desenvolvimento do engajamento dos trabalhadores assalariados.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Segundo DOERINGER e PIRELLI “[...] há mercado interno numa empresa quando os postos de nível superior são preenchidos a partir do pessoal ‘interno’ ocupado na empresa, e isto segundo regras mais ou menos explícitas e formalizadas que, no essencial, são conhecidas e respeitadas pelos diferentes atores.” (apud CORIAT, 1994, p.187). No caso do Japão, apenas os assalariados da empresa principal, cerca de 1/3 dos trabalhadores assalariados, tendem a ser integrados à estrutura *estimulante* do toyotismo, o que não quer dizer que os trabalhadores assalariados das empresas subcontratantes e fornecedores não sejam integrados à lógica da produção capitalista, através de outros mecanismos institucionais, tais como o mercado de trabalho precário.

Na verdade, a estratégia clássica de *captura* do consentimento operário do toyotismo é a *emulação individual* através das estruturas estimulantes dos mercados internos, do emprego vitalício, e, hoje, principalmente, através dos novos sistemas de pagamento (salário por antiguidade, dos bônus de produtividade ou participação nos lucros e resultados):

[...] o sistema de pagamento japonês é caracterizado pelo sistema de *'seniority'* (antiguidade na empresa) e pelo sistema de bônus bianual. O *'seniority'* estimula o trabalhador a permanecer em uma mesma companhia, e também a amoldar-se à filosofia do *'living wage'* e *'family wage'*. O sistema de bônus bi-anual funciona como um meio de ajustar o pagamento às condições do negócio e, também, em curto prazo, de premiar a *'performance'* individual dos trabalhadores. Não somente a promoção para os mais altos postos, mas também o aumento salarial anual dos trabalhadores e a bonificação são determinados, tomando como base a avaliação do desempenho individual, embora o nível médio das taxas de pagamento aumente, e os bônus sejam fixados através de barganha coletiva. Enquanto o emprego e o sistema de pagamento motivam os trabalhadores a serem *'leais'* ou *'devotados'* às suas companhias, e o trabalho dá aos trabalhadores um sentimento de segurança, o sistema de avaliação de desempenho inspira-os com o espírito de competição. Uma vez que a cooperação e a comunicação com os companheiros de trabalho são altamente valorizados na avaliação, a competição entre eles não pode ser individualista e prejudicar o trabalho em equipe (WATANABE, 1995 *Apud* SILVA, 1997, p.45 - 46).

Deste modo, o essencial é instaurar, por um lado, um elo direto entre o desempenho do negócio e o comportamento dos operários. Por exemplo, no caso da Toyota, como observou Coriat (1994), às vezes um bônus salarial – ou o que conhecemos no Brasil como a Participação em Lucros e Resultados (PLR), corresponde a um terço do salário anual. Mas, o sistema de bônus pode ser reduzido e até eliminado, se a empresa tiver uma baixa *performance*.

É preciso salientar que utilizar o incentivo salarial como modo de gerenciar o comportamento operário e elevar a produtividade não é criação do toyotismo. Mais uma vez, o toyotismo apenas desenvolveu, com seus protocolos de emulação individual, principalmente os novos sistemas de pagamentos e, inclusive, o trabalho em equipe, um “meio refinado e civilizado” de exploração da força de trabalho, denunciado por Marx. Porém, nem tão civilizado e refinado, é claro, se levarmos em consideração, no caso do Japão, o país capitalista de onde se originou o toyotismo, os casos de morte súbita no trabalho – intitulado *karochi* – e

outras psicopatologias do trabalho, provocados pelo ritmo e intensidade, que decorrem da busca incessante do aumento da produtividade (WATANABE, 1993)<sup>3</sup>. E hoje, a disseminação do estresse do trabalho sugere que o globo do capital tornou-se um imenso Japão, onde o karoshi assume a forma de estresse e suas múltiplas sintomatologias, atestando a aguda precarização da subjetividade do trabalho vivo no capitalismo global.

Por outro lado, é importante estimular o comprometimento operário, através da pressão coletivamente exercida pela *equipe de trabalho* sobre todo elemento do *team* (o que Coriat caracterizou como sendo uma técnica de controle social denominada “ostracismo”). Sob o toyotismo, a eficácia do conjunto do sistema não é mais garantida pela rapidez da operação do operário individual em seu posto de trabalho, tal como no fordismo, mas, pela integração, ou *engajamento estimulado*, da equipe de trabalho com o processo de produção. O que pressupõe, portanto, incrementar a manipulação através da supervisão e do controle operário, exercido pelos próprios operários – o que dispensa a “[...] presença física de uma burocracia de enquadramento especialmente formada e paga para se consagrar a tarefas de controle, de medida e de avaliação da conformidade dos trabalhos efetuados em relação aos objetivos determinados (CORIAT, 1994, p.95).

Sob o toyotismo, a competição entre os operários é intrínseca à idéia de *trabalho em equipe*. Os supervisores e os líderes de equipe desempenham papéis centrais no trabalho em equipe (no caso do Japão, os líderes da equipe de trabalho – do *team* – são, ao mesmo tempo, avaliadores e representantes dos sindicatos). Permanece ainda, de certo modo, uma supervisão rígida, mas incorporada, *integrada* – vale salientar

<sup>3</sup> Os incentivos salariais utilizados pelo toyotismo, voltados para a captura da subjetividade operária, reproduzem, em sua essência, os mecanismos de envolvimento operário criados por uma forma de pagamento de salário, analisado por Marx no capítulo XIX de *O Capital*, intitulado *Salário por peça*. Segundo Marx (1988, p. 175), o salário por peça “é a forma de salário mais adequada ao modo capitalista de produção”. Observa que, com o salário por peça, “[...] a qualidade e a intensidade do trabalho [são] controlados pela forma de salário, tornando em grande parte desnecessário o trabalho de inspeção.” “No salário por peça, [o trabalho se mede] pela quantidade de produtos em que o trabalho se materializa num dado espaço de tempo”. “Dado o salário por peça, é naturalmente interesse pessoal do trabalhador empregar sua força de trabalho o mais intensivamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade do trabalho. É também interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, a fim de aumentar seu salário diário ou semanal.” E ainda: “A exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza então por meio da exploração do trabalhador pelo trabalhador” (MARX, 1988, p.175).

- à subjetividade operária contingente<sup>4</sup>. Em virtude do incentivo à competição entre os operários, cada um tende a se tornar supervisor do outro. *Somos todos chefes*, é o lema do trabalho em equipe sob o toyotismo.

“A Toyota trabalha com grupos de oito trabalhadores. Se apenas um deles falha, o grupo perde o aumento, portanto este último garante a produtividade assumindo o papel que antes era da chefia. O mesmo tipo de controle é feito sobre o absenteísmo” (WATANABE, 1993, p.5).

Eis, portanto, o resultado da *captura* da subjetividade operária pela lógica do capital, que tende a se tornar mais consensual, mais envolvente, mais participativa: em verdade, mais manipulatória.

Finalmente, é preciso salientar também que a constituição de um precário mundo do trabalho, através das políticas neoliberais nas últimas décadas, tende a contribuir, de certo modo, para *gerenciar* o comportamento operário e elevar a produtividade do trabalho, através da *emulação pelo medo*. Esta é uma das formas regressivas de *emulação* do homem que, sob o sócio-metabolismo da barbárie, tem-se disseminado na civilização do capital.

Através do *medo do desemprego* o trabalhador assalariado *consente* maior nível de exploração da sua força de trabalho e renuncia a direitos sociais e trabalhistas, por exemplo. Como já dizia Freud, o *medo* é a moeda de troca dos afetos humanos. Através dele, hoje, mais do que nunca, o capital busca constituir os novos (e espúrios) consentimentos à nova barbárie social.

O medo dissolve o sujeito e a subjetividade humana. É o estofado do fetichismo agudo que permeia as relações estranhadas da civilização do capital nesta etapa de desenvolvimento histórico. Enfim, cabe investigar como se articula, no plano da produção social, a manipulação

---

<sup>4</sup>O que não ocorre, por exemplo, no estilo sueco - nos grupos de trabalho semi-autônomo - o qual, pelo menos na teoria, procura reduzir o papel da supervisão. A sua ênfase na autonomia e ausência de liderança manifesta e supervisão rígida, como observa Wood, revelam uma tendência à “quebra” da linha de montagem e ao aumento dos níveis de estoques de reserva (o que seria um contraste com a produção *just-in-time* à japonesa). Apesar de seu maior potencial de captura da subjetividade operária, o estilo sueco - onde é perceptível a presença de um sindicalismo forte - não parece ser adequado às novas necessidades do capitalismo mundial, com suas exigências do enfraquecimento progressivo dos obstáculos à sanha do capital no campo da produção, capazes de propiciar novas formas de extração de mais-valia num cenário de acirrada competitividade internacional (WOOD, 1993, p. 62).

da subjetividade humana através deste afeto regressivo, que é o medo, importante na constituição inclusive dos dispositivos político-institucionais destacados acima.

#### TOYOTISMO E TAYLORISMO-FORDISMO

O toyotismo tende a instaurar um estranhamento pós-fordista, que possui uma densidade manipulatória maior do que em outros períodos do capitalismo monopolista. Eis a diferença qualitativamente nova do toyotismo com respeito às formas pretéritas de racionalização da produção capitalista. Não é apenas o *fazer* e o *saber* operário que são capturados pela lógica do capital, mas a sua disposição intelectual-afetiva que é constituída para cooperar com a lógica da valorização.

O operário é encorajado a pensar pró-ativamente, a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (o que tende a incentivar, no plano sindical, por exemplo, estratégias neocorporativas de cariz propositivo). Cria-se, deste modo, um ambiente de desafio contínuo, onde o capital não dispensa, como fez o fordismo, o espírito operário. Aliás, não é que, sob o fordismo, o operário na linha de montagem convencional não pensasse. Pelo contrário, como salientou Gramsci, sob o fordismo

[...] o operário continua 'infelizmente' homem e, inclusive [...] durante o trabalho, pensa demais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, principalmente depois de ter superado a crise de adaptação. Ele não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, quando compreende que se pretende transformá-lo num gorila domesticado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas. (GRAMSCI, 1984, p. 404)

Com certeza, Ford tinha consciência de que operários não eram "gorilas domesticados". Só que procurava resolver o dilema da organização capitalista através de iniciativas educativas extra-fábrica. O toyotismo, pelo contrário, através da recomposição da linha produtiva, com seus vários protocolos organizacionais (e institucionais), procura capturar o pensamento operário, integrando suas iniciativas afetivas-intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias. É por isso que, por exemplo, a auto-ativação centrada sobre a polivalência, um dos nexos contingentes do toyotismo, é uma iniciativa *educativa* do capital, é – entre outros – um mecanismo de integração (e controle) do trabalho à nova lógica do complexo produtor de mercadorias.

Se no fordismo tínhamos uma integração *mecânica*, no toyotismo temos uma integração *orgânica* – o que pressupõe, portanto, um novo perfil de operário central (RAVELLI, 1995, p. 190). Mas o que é integração orgânica para o capital, de certo modo, é expressão de uma fragmentação sistêmica para o trabalho assalariado – em sua consciência contingente e em seus estatutos salariais.

Apesar disso, o capital continua dependendo da destreza manual e da subjetividade do coletivo humano, como elementos determinantes do complexo de produção de mercadorias. Enquanto persistir a presença do trabalho vivo no interior da produção de mercadorias, o capital possuirá, como atributo de si mesmo, a necessidade persistente de instaurar mecanismos de integração (e controle) do trabalho, de administração de empresas, mantendo viva a tensão produtiva. Além, é claro, de procurar dispersar os inelimináveis momentos de antagonismo (e contradição) entre as necessidades do capital e as necessidades do trabalho assalariado, intrínsecos à própria objetivação da relação social que instaurou o processo de valorização.

É claro que as contrapartidas do capital sob o toyotismo são de natureza histórica. Existe um vínculo ineliminável entre o toyotismo e a luta de classes. A série de contrapartidas do toyotismo destinadas à captura da subjetividade operária, capazes de permitir o pleno desenvolvimento dos nexos contingentes do toyotismo, podem assumir diversas particularidades sócio-históricas (e culturais). Na verdade, elas se alteram, acompanhando o desenvolvimento do capitalismo e da própria luta de classes. É o que podemos constatar hoje, por exemplo, com a debilitação relativa de algumas condições sócio-institucionais que garantiram, no passado, sob o período de crescimento do capitalismo japonês, a moldura do toyotismo original. Diante crise do capitalismo no Japão nos anos 1990, os *mercados internos* das empresas, o emprego vitalício e o salário por antiguidade, por exemplo, estão sendo revistos pelas corporações transnacionais sediadas no Japão.

A generalização universal do toyotismo – sob a forma da *lean production*, implica adequá-lo, em suas contrapartidas para o trabalho assalariado, às novas realidades sócio-históricas da concorrência capitalista mundial. Diante da debilitação estrutural do mundo do trabalho, a partir dos anos de 1980, em decorrência da lógica da modernização capitalista, as contrapartidas sociais clássicas do toyotismo tenderam a ser precarizadas, revistas (ou abolidas) pelo capital, com suas condições institucionais originárias – tal como se

constituíram no seu país capitalista de origem, o Japão - sendo negadas em virtude de seu próprio desenvolvimento mundial.

Na verdade, o que tende a predominar é meramente o estímulo individual através da concessão de bônus salariais, debilitando alguns protocolos institucionais clássicos, como o emprego vitalício. Por exemplo, a Fujitsu e a Nissan tendem a abolir o emprego vitalício, instaurando o contrato de trabalho renovado anualmente e um sistema de concessão dos *bonasu* – gratificações – aos seus empregados, com base no que chama de satisfação do consumidor. (GAZETA MERCANTIL, 1997)

#### TOYOTISMO E ESTRESSE

A *subjetividade estranhada* do toyotismo, imersa nos agudos fetichismos postos pela lógica do capital (o fetiche do *medo* do desemprego – é o principal deles), se constitui não apenas no local de trabalho, mas principalmente nos espaços da reprodução social. Como já destacamos, estamos diante de uma subjetividade alucinada e precária, atingida pelo estresse e subsumida à implicação contraditória da relação-capital.

É importante voltar a salientar que uma das contradições candentes da civilização do capital, nesta etapa de seu desenvolvimento histórico. é aquela entre o alto nível de desenvolvimento das forças produtivas, que poderiam libertar o homem do trabalho heterônomo, concedendo-lhe mais tempo livre para o desenvolvimento de suas faculdades físicas e espirituais; e as relações capitalistas de produção da vida social, que aprisiona o homem no tempo de vida como tempo de trabalho estranhado ou tempo de trabalho negado como atividade prática significativa.

Ora, o impacto desta contradição social aguda na objetividade (e subjetividade) das individualidades complexas de classe é alucinante. No plano epidemiológico, ela se expressa, por exemplo, através do surto de estresse que atinge a civilização do capital. Hans Selye foi o primeiro a definir o estresse para indicar a “síndrome produzida por vários fatores nocivos”, em trabalho publicado na revista *Nature* em 1936, um período de aguda inovação tecnológica de cariz fordista-taylorista nos EUA. Nesse mesmo ano, Charles Chaplin lança o filme *Tempos Modernos*.

Poucos anos antes, entre 1910 e 1920, Walter Cannon havia introduzido o termo em fisiologia, transportando-o do jargão da

engenharia. *Stress*, em inglês, significa *esforço*, *tensão* e era usado para indicar a capacidade de resistência de uma ponte. Essa imagem se adaptava bem ao significado de *stress* como resposta a mudanças: passagem de um ponto a outro, como através de uma ponte mais ou menos resistente. Assim, os ingleses já usavam a palavra no século XIV (LEHRER, 1994). Mas, como ensina a atenta análise de Manlio Cortellazzo e Paolo Zolli, no *Dicionário etimológico da língua Italiana* (Zanichelli), a origem da palavra *stress* começa muito antes, no latim. No jargão popular, *districtia* significava aperto, angústia ou aflição. Os franceses a transformaram em *distress* e os italianos receberam de volta o neologismo que tem suas raízes no verbo *strizzare* (CORTELLAZZO; ZOLLI, 1979).

Atualmente *stress* continua a ter significados vagos e nem sempre claros. Na linguagem comum é sinónimo de cansaço, fadiga, ansiedade e preocupação, significados que acabam por trocar a causa pelo efeito. Esse equívoco não é raro em medicina. O mesmo ocorreu, por exemplo, com o termo colesterol, entendido como algo nocivo e sintoma de doença, antes de ser reconhecido como um dos componentes indispensáveis das células e do metabolismo. Sem colesterol, assim como sem *stress*, não estaríamos aqui.

Entretanto, o que ocorre é que o modo de vida e trabalho capitalista tende a dar um novo significado ao *stress* humano, intervertendo-o em elemento de desefetivação do corpo e mente do homem como ser genérico. Deste modo, se o *stress* é um elemento ineliminável da atividade prática-sensível, no sentido de indicar os desafios das novassituações de vida e das solicitações externas, algumas delas inesperadas, tendo em vista que a atividade do trabalho possui um compoennet de incognoscibilidade, o excesso de *stress*, vinculado a situações de estranhamento, de perda de controle da atividade social, e do fetichismo dissmeinado pela sociedadeprodutora de mercadorias, tende a se interverter em negação da plena atividade humano-sensível. Ou seja, torna-se aquilo que o jovem Marx indicou como desefetivação.

Iremos comentar, a título de ilustração, uma pesquisa social realizada pela Isma-BR (*International Stress Management Association*) com 752 profissionais de empresas brasileiras, no final de 2004, publicada, em parte, no suplemento Empregos, do jornal Folha de S. Paulo, em maio de 2005, sendo assinado pelo jornalista Cássio Aoqui. O que nos interessa é nos apropriar dos dados empíricos desta pesquisa, desprezando seus possíveis vieses metodológicos. A pesquisa da ISMA-BR utilizada por nós atinge o universo de executivos e empregados

administrativos de grandes e médias empresas (o nível gerencial, por exemplo). Em primeiro lugar, nos últimos anos, o toyotismo tem sido implantado, em maior ou menor proporção, nos locais de trabalho no Brasil. Instaurou-se o que salientamos como sendo um toyotismo sistêmico, que mesclado com determinações tayloristas-fordistas, tende a aprofundar os nexos do trabalho estranhado no País (ALVES, 2000).

Segundo, a pesquisa trata em especial do universo de executivos e empregados administrativos. O que nos leva supor que, se o topo executivo destes *locis* de produção do capital sofre desta forma o estresse, é provável (e apenas provável) que os de baixo, os operários da produção subsumidos à heteronomia plena, também são atingidos, e até com mais intensidade, pelo estranhamento toyotista. Na verdade, o espírito do toyotismo, nos *locis* mais dinâmicos de acumulação de valor, permeia todo o edifício produtivo, da base ao topo administrativo, a intensificação e sobrecarga (e portanto, de exploração) do trabalho é uma realidade candente.

Os depoimentos destacados são deveras sintomáticos. O que significa que expõem, de forma candente, o caráter negativo do stress capitalista, vinculado ao trabalho estranhado, sob as condições do capitalismo neoliberal. Tais novas condições sócio-históricas tendem a esmagar os indivíduos sociais, subsumindo-os cada vez mais às teias dessocializadoras da alienação. Diz, por exemplo, a gerente de recursos humanos, Flávia Pettine Gaeta, 28 anos: “Minha vida era só o trabalho, tinha abandonado o lado pessoal. Até que um dia, ao chegar em casa após uma crise de choro, desmaiei. Quando acordei, estava num quarto do [hospital] São Luiz, sem vontade de viver”. (apud AOQUI, 2005)

Nesse breve e significativo depoimento podemos perceber todos os elementos do *trabalho estranhado* em sua forma aguda. Ele é expresso não por um operário da produção, mas por um agente administrativo da grande empresa, uma gerente de recursos humanos. De 1844, quando o jovem Marx escreveu o capítulo III, intitulado *O Trabalho Estranhado*, aos nossos dias, decorrem pouco mais de 150 anos. Nesse período histórico, o capitalismo industrial se desenvolveu, ampliando suas determinações estranhadas, subsumindo cada vez mais o trabalho vivo, expandindo os espaços de alienação. Se o jovem Marx, ao tratar do trabalho estranhado tinha em mente o proletário industrial, do sistema industrial que surgia, hoje, o trabalho estranhado e suas manifestações psicossomáticas, atinge a totalidade viva do trabalho, da linha de produção a linhas de escritórios administrativos; do operário

ou empregado pouco qualificado às chefias implicadas nas metas de produtividade e desempenho da produção e reprodução capitalistas.

O que significa que o trabalho estranhado, na medida em que envolve todo o *loci* da produção do capital, inclusive seus *capatazes* diretos, se manifesta através desta anulação da *pessoa humana*. Eis o sentido supremo da crítica marxiana do trabalho capitalista, que se disseminava a partir da I Revolução Industrial e que veio a dominar a vida social no século XX. O jovem Marx em seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, era um dos agudos críticos da sociabilidade burguesa, baseada no trabalho estranhado. Para ele, estamos diante de um processo de *desefetivação* que tende a anular o ser genérico do homem. Imerso em seu particularismo, o sujeito humano se dissolve:

O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*), é objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece [...] como desejetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entausserung*). [...] A efetivação do trabalho tanto aparece como desejetivação que o trabalhador é desejetivado até morrer. (MARX, 2004, p. 88).

É importante destacar o sentido de perda/interversão da atividade prático-sensível do homem. O trabalho/objetivação que significa apropriação e vida humano-genérica se *interverte* em estranhamento e desejetivação. Marx iria explicar o processo de perda do homem através das relações sociais de produção capitalista (o que descarta as explicações psicologizantes).

No caso da pesquisa empírica da ISMA, é importante considerar o aspecto de *gênero*. Por exemplo: a gerente de Recursos Humanos que concedeu o depoimento acima, é mulher, portanto mais sensível às disposições estranhadas da impessoalidade do capital. Entretanto, segundo outra pesquisa realizada pela ISMA-BR, a qual foi apresentada pela presidente da entidade, Ana Maria Rossi, Ph.D. em psicologia, em Congresso da ISMA Internacional realizado na Inglaterra, de 3 a 7 de julho de 2004, sob o título *Taking the Stress out of Work*, as mulheres profissionais tendem a se adaptar melhor aos desafios e pressões, sendo menos suscetíveis às doenças que se originam do excesso de estresse. Esta pesquisa abrangeu um universo de 220 profissionais brasileiros, 110 homens e 110 mulheres, mas não se discrimina o setor profissional, o que significa mais um viés metodológico. Ela sugere que as mulheres vivem mais e melhor o *trabalho estranhado* – por motivos

óbvios ela não utiliza tal categoria - por *quatro razões*: (1) elas têm mais facilidade para verbalizar suas emoções; (2) têm maior conscientização das suas condições físicas e emocionais, buscando ajuda nos primeiros sinais dos sintomas de estresse; (3) têm mais disciplina na prática regular de relaxamento; (4) e cultivam uma crença religiosa, demonstrando mais fé. Tal pesquisa revela que os homens fazem duas vezes mais atividades físicas - 51% (H) e 26% (M) - mas as mulheres sabem relaxar muito mais - 18% (H) e 17% (M). É no item *Comunicação*, entretanto, na facilidade de verbalizar suas emoções, que as mulheres ganham longe do universo masculino - 29% (H) e 84% (M), enquanto, em termos de *Socialização*, os homens são mais hábeis, sabem tirar da cabeça os problemas numa proporção de 71% (H) para 16% (M).

Apesar disso, a pesquisa citada utiliza-se de depoimentos de mulheres para denunciar o trabalho como principal fonte de estresse, o que pode sugerir a maior capacidade das mulheres em verbalizar suas emoções, expondo, deste modo, que elas, tal como os homens, são vítimas do trabalho estranhado. Por exemplo, outro depoimento coletado é a da analista de sistemas E.Z., 29 anos, que compara o estresse no trabalho com “um tsunami que passou e deixou seqüelas até hoje”. Diz ela com mais detalhes, relatando sua experiência de vida: “Participei de um projeto horrível, que me obrigou a abrir mão da vida pessoal. Não via a família e mal tinha fim de semana, já que virava a noite aos domingos” (apud AOQUI, 2005).

Segundo ela, as maiores fontes de estresse eram a pressão e a sobrecarga na equipe de trabalho inteira. Prossegue dizendo: “Vi todos chorarem ao menos uma vez durante o projeto. E, no pior dos casos, uma amiga, que chegou a pesar 33 kg, desmaiou no dia em que tirou férias. Teve complicações na tireóide e gastou os cinco meses de horas extras acumuladas para tratar a doença” (apud AOQUI, 2005).

E o depoimento seguinte desta analista de sistemas, comprava o que dizemos acima sobre a lógica do medo intrínseca ao toyotismo como dispositivo de *captura* da subjetividade do trabalho. Diz ela, que conta que ainda não se recuperou do *tsunami* do estresse: “Não voltei ao normal. Mas disso tirei a maior lição: aprendi a falar ‘não’” (apud AOQUI, 2005).

Percebe-se nesse caso que se destaca, mais uma vez, a dimensão de *gênero*. É uma mulher que nos dá seu depoimento sobre o estresse no trabalho. É claro que hoje, uma parcela significativa do mundo do trabalho são mulheres. De fato, é possível dizer que elas

podem até ser mais atingidas do que os homens pela sobrecarga e intensificação do trabalho que é próprio do espírito do toyotismo. Entretanto, parecem lidar de outro modo com tal injunção do trabalho estranhado (como destacamos acima). As *vias de escape* mobilizadas pelas mulheres parecem serem outras, como salienta a outra pesquisa da ISMA-BR. De fato, a questão de *gênero* é deveras importante, tendo em vista que a socialização da mulher é diferente da do homem numa sociedade de classe.

Além disso, podemos destacar no depoimento acima, a dimensão fetichizada desta *captura* da subjetividade do trabalho. Por exemplo, E.Z. compara o estresse no trabalho com um *tsunami*, uma onda gigante que atingiu alguns países da Ásia em fins de 2004. Entretanto, embora um *tsunami* seja um fenômeno natural, o estresse no trabalho possui agudas determinações sociais. Temos destacado a principal delas: está vinculado ao espírito do toyotismo, o modo de organização da produção capitalista que tende a significar maior intensificação e sobrecarga de trabalho e, portanto, agudização do estranhamento do trabalho capitalista.

É importante apreender o *toyotismo* como um modo de organização da produção de mercadorias que se vincula a uma etapa de crise do capitalismo neoliberal. Portanto, ele aparece num cenário de intensa concorrência entre os capitais, o que significa que, a *captura* da subjetividade, através das mais diversas formas de emulações que buscam o consentimento de operários e empregados, oculta essa sanha de valorização do capital. Nos depoimentos, não está dito o tipo de vínculo entre desempenho profissional e remuneração salarial. Mas é provável que, em ambientes de trabalho com alto estresse, seja comum vincular o salário ao desempenho nas tarefas no local de trabalho. É interessante que a reportagem em análise, aponta outra pesquisa, concluída em maio de 2005 pela consultoria Price-WaterhouseCoopers, que salienta uma tendência de aumento da geração de receita por empregado, ou seja, o trabalhador deve produzir cada vez mais.

Além disso, o componente de *medo*, que apreendemos no depoimento acima, é um eixo-chave na construção de um *novo consentimento toyotista* que possui um sentido perverso para a subjetividade do trabalho. Como salienta a empregada analista de sistemas, “Percebi que, por medo, não se dá um basta, aceita-se tudo” (apud AOQUI, 2005).

Além dos poucos depoimentos desta reportagem, que oculta, como não poderia deixar de ser, o sentido de exploração do trabalho pelo capital, se destacam alguns gráficos que apontam a presença significativa do estresse nos locais de trabalho das empresas mais dinâmicas no País.

É importante destacar que, a conjuntura de retomada da economia brasileira e suas incertezas de sustentabilidade, como observamos em 2004, não tende a afetar o problema do estresse do trabalho. Tal como o desemprego e a precarização do trabalho, o estresse, que consideramos como parte desta mesma precarização do trabalho, não recua de forma significativa em momentos de crescimento da economia. Na verdade, ele tende a se agudizar, pois se vincula à dinâmica da economia mundial, imersa numa intensa concorrência, por conta desta nova dinâmica do capitalismo neoliberal.



Gráfico 1 - Estresse no Brasil

O maior percentual de estressados, segundo a pesquisa da ISMA-BR (2005), se dá entre 36 a 45 anos, a faixa etária de operários e empregados de risco (38% por entrevistados). A perda de emprego nesta faixa de idade é deveras preocupante, tendo em vista a dificuldade de encontrar um novo emprego. É uma fase de maturidade profissional. Se somarmos a faixa etária de 36 a 45 e de 46 a 55 anos, teremos 61% dos empregados atingidos pelo estresse do trabalho nesta faixa de risco, tendo em vista o comportamento desfavorável do mercado de trabalho.

Segundo a pesquisa, o nível de estresse atingiu um nível preocupante para 37% dos entrevistados. E mais uma vez, se somarmos o nível regular e preocupante teremos mais da metade atingidos pela *desefetivação* do trabalho estranhado. Cabe destacar que tal pesquisa ocorreu num cenário de conjuntura favorável da economia brasileira, apesar de suas perspectivas de incertezas. Mas o que temos que destacar também é a crise estrutural do mercado de trabalho, por conta das políticas e do Estado neoliberal, que coloca o precário mundo do trabalho inclusive como um elemento da construção dos consentimentos espúrios.

No tocante aos sintomas físicos e psicológicos, verificamos, através da pesquisa, certo equilíbrio perverso. O estresse se manifesta como preocupante e regular nas duas dimensões físicas e psicológicas. Na verdade, não dá para separar o físico do psicológico, pois o trabalho estranhado tende a atingir a totalidade viva da força de trabalho. Muitas vezes, como se constata através de pesquisas epidemiológicas, o que se manifesta no corpo física de singularidades típicas são sintomas de distúrbios psicológicos, de aguda insatisfação com o trabalho estranhado, como podemos verificar no crescimento de casos de LER (Lesões Por Esforço Repetitivo) nos últimos anos. Tais dados de crescimento de LER principalmente entre empregados de escritório, decorrem do estresse. É uma forma de desefetivação do trabalho vivo, sendo apenas a ponta de um iceberg.

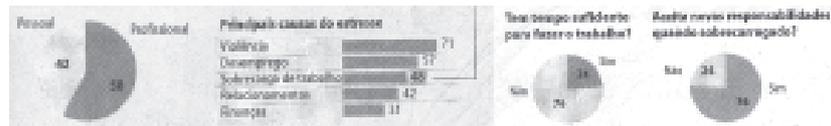


Gráfico 2 - Fontes do Estresse

A pesquisa da ISMA-BR (2005) discrimina entre fontes pessoais e fontes profissionais. Tal distinção analítica tende a produzir um viés, pois oculta o profundo vínculo entre trabalho e vida, apesar do capital separar tais esferas da existência humana. Mesmo assim, 58% dos entrevistados indicaram como fonte do estresse, a atividade profissional. E, cerca de 48% indicaram a sobrecarga do trabalho.

Mas é curioso verificar que o estresse que atinge os empregados do mundo do trabalho, possui como fonte crucial não apenas as variáveis intrínsecas do local de trabalho (a sobrecarga de trabalho), mas as variáveis externas à atividade profissional, mas que dizem respeito, em última instância, ao precário mundo do trabalho: 71% acusam a violência e outros 57% o desemprego; de certo modo, tais causas decorrem da precariedade da vida e do trabalho no capitalismo global. Assim, o trabalho, em seu sentido amplo, de sociedade do trabalho estranhada, administrada pela lógica do capital, é a causa principal do estresse como sintoma da *desefetivação* do trabalho vivo e precarização da força de trabalho.

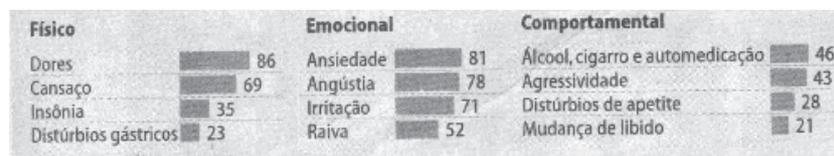


Gráfico 4 - Sintomas do Estresse

Finalmente, podemos considerar os sintomas do estresse que aparecem como dores e cansaço na maioria dos entrevistados. Na verdade, tais sintomas são traços tipos da *desejetivação* da corporalidade viva do trabalho. Ela atinge *corpo* e *mente* da força de trabalho. A ansiedade e a angústia parecem como sintomas psicológicos mais evidentes. No traço comportamental, o álcool, cigarro e auto-medicação, além da agressividade, compõem o quadro intenso de estresse.

ALVES, Giovanni. ??????????. *Revista ORG & DEMO* (Marília), v.7, n.1/2, Jan.-Jun./Jul.-Dez., p.89-108, 2006.

#### REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. *O Novo e Precário Mundo do Trabalho – Reestruturação Produtiva e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- AOQUIL, Cássio. Trabalho é a principal fonte de stress. *Folha de S. Paulo*. 01 mai. 2005. Caderno Empregos e Negócios, p.1.
- CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo Avesso - O Modelo Japonês de Trabalho e Organização*, Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994.
- CORTELLAZZO, Manlio; ZOLLI, Paolo. *Dicionário etimológico da língua Italiana*. Bologna: Zanichelli, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- INGRAO, Pietro; ROSSANDA, Rossana (orgs). *Appuntamenti di fine secolo*, Manifestalibri. Roma, 1995.
- LEHRER, Steven. Walter Bradford Cannon: Reflections on the Man and His Contributions. *International Journal of Stress Management*. v.1, n. 2, 1994.
- MARX, Karl. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo:Hucitec, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 1988. (Livro 1)

- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004
- REVELLI, Marco. Economia e Modello Sociale Nel Passagio tra Fordismo e toyotismo. In: SELYE, Hans. A Syndrome Produced by Diverse Nocuous Agents. *The Journal of Neuropsychiatry and Clinical Neurosciences*. Arlington, v. 1, n. 3, 1936.
- SILVA, Elizabeth Bortolaia. Pós-fordismo no Brasil. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v.14, n. 3, jul./set., 1994.
- WATANABE, Ben. Toyotismo – Um novo padrão mundial de produção? *Revista dos Metalúrgicos*. São Paulo, CUT/CNN, dez., 1993.
- WOOD, Stephen J. Toyotismo e/ou Japonização In: HIRATA, Helena. *Sobre o "Modelo" Japonês - Automatização, Novas Formas de Organização e Relações de Trabalho*. São Paulo: EDUSP, 1993.

*ALVES, G.*